

A nova condição urbana: ensaio sobre a vida na cidade na era do “homem endividado”

The new urban condition: essay on city life in the age of “indebted man”

La nueva condición urbana: ensayo sobre la vida en la ciudad en la era del “hombre endeudado”



Cláudio Smalley Soares Pereira¹

Universidade de Pernambuco – Pernambuco – Petrolina – Brasil

clasmalley@hotmail.com

Resumo: Os estudos sobre a produção do espaço urbano e a vida nas cidades se ampliaram nas últimas décadas. O presente artigo se insere nesta tendência. Aqui investigamos as relações entre vida urbana, crédito e finanças e suas relações com empobrecimento da experiência urbana. Argumentamos que o processo de urbanização, da maneira que se apresenta no mundo contemporâneo, pode ser compreendido a partir de suas articulações com a financeirização e o endividamento. Uma nova condição urbana, em seus aspectos objetivos e subjetivos, vem se configurando, mediada pelo consumo, pelo crédito e pela dívida, cada vez mais presentes na vida cotidiana e na produção do espaço. Essa nova condição urbana ganhou corpo nas últimas décadas, sendo influenciada pela dinâmica das finanças e da dívida no contexto brasileiro. Como conclusão, destacamos as relações dialéticas entre processos econômicos e sociais vinculados à financeirização e ao

¹ Pós-doutor, doutor e mestre Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, São Paulo. Graduado em Geografia pela Universidade Regional do Cariri. Professor adjunto da Universidade de Pernambuco, colegiado de Geografia.

endividamento, por um lado, e um aprofundamento das desigualdades socioespaciais que reforçaram os processos de segregação e fragmentação socioespacial nas cidades.

Palavras-chave: Cidade. Condição urbana. Experiência urbana. Endividamento.

Abstract: Studies on the production of urban space and city life have expanded in recent decades. This article is part of this trend. Here we investigate the relationships between urban life, credit and finance and their connections with the impoverishment of urban experience. We argue that the process of urbanization, as presented in the contemporary world, can be understood from its articulations with financialization and indebtedness. A new urban condition, in its objective and subjective aspects, has been taking shape, mediated by consumption, credit and debt, increasingly present in everyday life and space production. This new urban condition has taken shape in recent decades, being influenced by the dynamics of finance and debt in the Brazilian context. In conclusion, we highlight the dialectical relations between economic and social processes linked to financialization and indebtedness, on one hand, and a deepening of socio-spatial inequalities that reinforced the processes of segregation and socio-spatial fragmentation in cities.

Keywords: City. Urban condition. Urban experience. Indebtedness.

Resumen: Las investigaciones sobre producción de espacio urbano y vida urbana se han expandido en las últimas décadas. Este artículo se ajusta a esta tendencia. Aquí investigamos las relaciones entre vida urbana, crédito y finanzas, en sus relaciones con el empobrecimiento de la experiencia urbana. Argumentamos que el proceso de urbanización, tal como se presenta en el mundo contemporáneo, puede entenderse desde sus articulaciones con la financiarización y el endeudamiento. Se ha ido formando una nueva condición urbana, en sus aspectos objetivos y subjetivos, mediada por el consumo, el crédito y la deuda, cada vez más presente en la vida cotidiana y la producción espacial. Esta nueva condición

urbana ha tomado forma en las últimas décadas, influenciada por la dinámica de las finanzas y la deuda, en el contexto brasileño. En conclusión, destacamos las relaciones dialécticas entre los procesos económicos y sociales vinculados a la financiarización y el endeudamiento, por un lado, y una profundización de las desigualdades socioespaciales que reforzaron los procesos de segregación y fragmentación socioespacial en las ciudades.

Palabras clave: Ciudad. Condición urbana. Experiencia urbana. Endeudamiento.

Introdução

É comum a imprensa pautar o endividamento das famílias brasileiras nos meios de comunicação diariamente. É comum, também, a mesma imprensa abordar, muitas vezes de forma superficial e sem mais explicações, o endividamento do Estado. Nos dois casos, seja na dívida dos indivíduos e suas famílias, seja no endividamento do Estado, a imprensa não aborda a natureza dessas dívidas e suas relações orgânicas com o capitalismo atual. Ao contrário, somos sempre presenteados, nos jornais televisivos, nas mídias sociais, com uma reverência à uma entidade chamada mercado, como se a responsabilidade pelo problema da dívida que aflige milhões de pessoas fosse resultado somente de suas “escolhas erradas” e de uma ingerência do Estado. Daí que, cotidianamente, recebemos bombardeios de publicidades e mais publicidades sobre educação financeira, de um lado, e da urgência de reformas neoliberais (previdência, trabalhista), como se uma estrutura social e historicamente desigual, além de dependente e subserviente em termos de capitalismo global, não tivesse nenhum papel nisso tudo e as soluções para tais problemas fossem apenas particulares e o antídoto uma maior liberalização econômica.

O Valor Econômico, em outubro de 2013, publicou uma reportagem do *The Wall Street Journal* na qual o endividamento dos brasileiros seria um alerta para países emergentes². Tal matéria veio a público no momento que já se iniciara uma desaceleração da economia nacional, antecedida de uma massificação do consumo e de mobilidade social dos mais pobres. 2019, seis anos mais tarde, iniciou com a notícia de que mais da metade das famílias brasileiras estavam endividadas. Os cartões de crédito lideravam a lista, com 78% das famílias endividadas por esse meio, dos quais de 79,1% recebiam menos de 10 salários mínimos³. Notícias como estas, ainda que importantes e com um certo ar de alarme, são comuns e acompanham a vida cotidiana de milhões de pessoas diariamente.

2 VALOR ECONÔMICO. Dívida dos brasileiros é alerta para países emergentes. 9 out. 2013.

3 FECOMÉRCIO. Famílias brasileiras estão menos endividadas do que há um ano. 2 fev. 2019. Disponível em: <https://fecomercio-ma.com.br/2019/02/06/familias-brasileiras-estao-menos-endividadas-do-que-ha-um-ano/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Muitas explicações podem ser oferecidas para compreender o processo de endividamento e sua expansão e penetração na sociedade brasileira. Aqui, nossa pretensão é lançar um olhar mais circunscrito em torno desse processo, buscando analisá-lo à luz das dinâmicas da produção do espaço urbano e do consumo. Nesse sentido, a proposta do artigo se sustenta na ideia segundo a qual o endividamento revela uma das facetas da financeirização, redefinido a vida urbana e a própria configuração das cidades, posto que a urbanização brasileira em décadas recentes foi influenciada pela massificação do consumo e pela produção de novos objetos.

Tais entrelaçamentos envolvem uma grande quantidade de agentes e processos que sem dúvida alguma merecem ser investigados, bem como as repercussões de suas ações e estratégias. Não obstante, o nosso ângulo de análise tem um foco específico: a produção de uma nova condição urbana em um contexto de neoliberalismo e capitalismo financeirizado em que o consumo e o crédito têm destaque, uma vez que eles revelam, por um lado, uma ampliação do consumo de objetos mediante o endividamento crescente no contexto de crescimento econômico sucedido pela crise (no caso em destaque, o Brasil) e, por outro, um aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas que sinalizam um empobrecimento da experiência urbana. Os processos de segregação e fragmentação socioespacial configuram-se, dentre outros, como elementos importantes para a compreensão dos entrelaçamentos entre finanças, crédito, endividamento e vida urbana. Pesquisas recentes indicam que a produção de novos espaços residenciais nessas cidades, bem como novas práticas de consumo associadas à inserção na globalização, tornaram o espaço urbano mais complexo que outrora⁴.

4 Várias pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Produção do Espaço Urbano e Redefinições Regionais (GASPERR), por meio de um projeto de pesquisa que investigou seis cidades médias (ver nota três), cinco do Estado de São Paulo e uma do Paraná, revelaram a dinâmica da urbanização nestas cidades. Londrina, São José do Rio Preto, São Carlos, Presidente Prudente, Marília, e Ribeirão Preto tiveram significativas mudanças em suas estruturas urbanas, mas de formas distintas. Todavia, de uma maneira mais ampla, a análise destas cidades revelou que as práticas espaciais de consumo associadas a novos usos da terra urbana e à ação dos agentes da produção do espaço urbano estão intrinsecamente relacionadas com as lógicas econômicas e estratégias espaciais das grandes empresas de capital nacional e internacional. Por outro lado, agentes econômicos e políticos, de capital local e regional, em determinados contextos, ainda permanecem bastante influentes nas decisões sobre os rumos que a cidade deve ou não tomar. Sobre esses resultados mais amplos, ver Sposito (2013), Sposito e Góes (2015), Melazzo (2015) e Sposito (2017).

Este artigo tem uma conotação muito mais de ensaio. Isso significa que a intenção é explorar as relações que constituem a vida urbana e a dinâmica do consumo mediante as finanças e o crédito com o propósito de contribuir teoricamente para esse debate. Todavia, não nos baseamos apenas em discussões bibliográficas, documentos oficiais e relatórios; pelo contrário, o esforço lançado tem fundamentação em pesquisa empírica. No plano dos procedimentos metodológicos, utilizamos 28 entrevistas semiestruturadas realizadas entre os anos de 2012 e 2017⁵, das quais 13 foram realizadas na cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, e 15 em Ribeirão Preto, em São Paulo⁶, com cidadãos de vários estratos socioeconômicos, idades, diferentes inserções no mercado de trabalho e residentes em áreas distintas de ambas as cidades.

As entrevistas permitiram aproximações das práticas dos cidadãos nas duas cidades e suas relações com a dívida e a financeirização, e foram organizadas em 52 perguntas divididas em seis grupos: a) perfil do entrevistado; b) o que compram e frequência das compras; c) onde compram; d) como se locomovem; e) como fazem suas compras de bens e serviços; f) mudanças nos últimos anos e perspectivas de futuro⁷. Em maior ou em menor grau, o crédito e as finanças apareceram nas respostas dos entrevistados, sobretudo grupos de perguntas “c”, “d”, e “e”. É nas respostas a essas perguntas que focaremos a análise.

Algumas razões precisam ser mencionadas para justificar a escolha das duas cidades. A primeira, pelo fato de serem importantes espaços urbanos nas suas respectivas regiões, com um peso econômico considerável e representativo tanto no Sudeste como no Nordeste como cidades médias em termos econômicos e de concentração de riqueza; a segunda razão é justamente por

5 Uma análise em detalhe dessas entrevistas pode ser encontrada sobretudo no último capítulo da tese de doutorado que embasa este artigo. Por razões de espaço, trataremos as entrevistas de modo mais geral, por meio de sínteses e ilustrações, buscando articulações teóricas.

6 O projeto Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo (processo FAPESP: 11/20155-3) é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPeRR) sob a coordenação de Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Maria Góes.

7 Juazeiro do Norte é uma cidade localizada no sul do Ceará, na região do Cariri. Tem uma população estimada em 274.207 habitantes (IBGE, 2019), e uma taxa de urbanização de 96%. É conhecida pelo fenômeno religioso atrelado à figura do Padre Cícero. O setor de serviços é o de maior dinâmica na cidade, respondendo a mais 80% do PIB municipal. Ribeirão Preto está localizada a noroeste da capital do estado, São Paulo, com uma população de 703.293 habitantes (IBGE, 2019), tendo no setor de serviços e no agronegócio suas principais bases econômicas.

elas estarem em regiões distintas, e expressarem, cada uma a seu modo, o processo de produção desigual do espaço urbano e regional no Brasil, com todas as suas contradições nelas materializadas (o que é uma questão de método); por fim, uma terceira razão é o processo de reestruturação espacial e econômica que modificou as dinâmicas socioeconômicas e políticas em múltiplas escalas, as quais implicaram tanto em novas morfologias urbanas, quanto em práticas de consumo inéditas nas últimas décadas.

O artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, são analisados a financeirização, o crédito e a dívida na escala do território nacional nas últimas duas décadas, levando em consideração o momento atual de crise. A concepção de “homem endividado”, proposta por Lazzarato (2011), como o homem da “condição neoliberal” é vista como uma ferramenta teórico-metodológica que possibilita compreender a atual condição urbana, que é também uma condição urbana neoliberal. A financeirização, assim, é analisada pelo ângulo da dívida. Na segunda seção, o foco recai na experiência espacial urbana e sobre a relevância de se considerar as práticas sociais e espaciais que dizem respeito à cidade e a urbanização, e ainda sobre como essas práticas apontam para uma negação da cidade compreendida como espaço da diversidade e do encontro de diferentes.

Financeirização, endividamento e a vida na cidade

Odete Meira da Silva, uma entrevistada que aparece na matéria do *The Wall Street Journal* citada no início deste artigo, ilustra a inter-relação que nos propomos a analisar. No período de crescimento econômico no país, ela adquiriu televisão tela plana, computador e começou a construir uma casa na periferia de São Paulo. Em 2013, período da reportagem, Odete já estava preocupada com dívidas, entre elas a do cartão de crédito. Resultado, reduziu as despesas,

parou a construção da casa, que ficou inacabada. A reportagem termina mostrando que Odete adquiriu dívidas em três cartões de crédito para comprar material de construir sua casa e os eletrodomésticos. Com as taxas de juros altíssimas, sua dívida aumentou de R\$ 11 mil para R\$ 25 mil reais. Temos aqui, no caso de Odete, um entrelaçamento de processos que se conjugam: financeirização e endividamento (cartões de crédito e taxas de juros), produção do espaço urbano (construção da própria casa na periferia) e consumo de objetos (eletrodomésticos, habitação). Essas são as inter-relações que fazem parte da vida de Odete e dos entrevistados da nossa pesquisa que ilustrarão momentos específicos deste artigo.

O papel do capital financeiro na transformação das cidades tem destaque ao longo da história (HARVEY, 2011; HALBERT; LE GOIX, 2012). O capital financeiro tem articulado de forma mais veloz o processo urbano com a circulação do capital em diversos lugares. Harvey (2011) mostrou como a urbanização tem servido historicamente à acumulação do capital, num processo dialético e contraditório.

Existe um debate acalorado sobre a financeirização em diversos âmbitos. Ainda que possa não existir um consenso, os diversos autores concordam mais ou menos no poder de comando do capital financeiro na dinâmica do capitalismo atual (CHESNAIS, 2005; 2018; HARVEY, 2008; LAZZARATO, 2011). Neste artigo, a financeirização pode ser compreendida como um fenômeno que invade toda a vida social (CHESNAIS, 2018); está ancorada no rentismo que funciona baseado no imperativo do capital como propriedade sobrepondo-se ao capital que funciona na produção de bens e serviços (PAULANI, 2017). Predomina, assim, uma acumulação financeira, entendida como “[...] centralização em instituições de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços” (CHESNAIS, 2005, p. 57). Nesse sentido, “[...] os grandes bancos, as grandes companhias de seguro, os fundos de investimento e as tesourarias dos grandes grupos industriais são suas formas organizacionais” (CHESNAIS, 2018, p. 1).

Mas o capital financeiro, entendido como uma fração do capital que hoje se reproduz fundamentado no rentismo, com a participação dos bancos, dos investidores institucionais e do mercado de ações, redefine a vida na cidade e o espaço a partir das mudanças no mundo do trabalho e nas práticas de consumo das mais diversas sociedades. Em uma escala global, a dinâmica do capitalismo financeiro reflete hierarquias e desigualdades entre lugares, regiões e países, constantemente produzidas e reproduzidas. As conexões das estruturas de funcionamento do capitalismo com a vida cotidiana se estreitam e, sob a lógica das finanças, a vida urbana é reconfigurada em novas bases, com a ampliação do consumo de bens, serviços e o endividamento, entrelaçados com a reprodução das desigualdades, com a ampliação da pobreza e do trabalho precário.

A dívida emerge como uma dimensão da vida social que revela as transformações de um capitalismo moderno em que o financeiro e o consumo se conectam. A proposta de Lazzarato (2011) é colocar a dívida no centro das discussões contemporâneas, e não apenas as finanças. A sua sugestão é abordar não apenas uma economia das finanças, mas sim uma economia da dívida. Para o autor, a dívida é o fundamento do social contemporâneo. Isso devido ao fato da dívida não se reduzir a manifestações econômicas, mas por ser, mais do que isso, uma das pedras angulares das relações sociais em um capitalismo neoliberal, indo da dívida pública estatal, pela qual “a sociedade inteira fica endividada”, até a dívida das empresas e a contraída no consumo individual e familiar (LAZZARATO, 2011). Desse modo, a dívida (e a financeirização), significa, também, reduzir salários, cortar serviços sociais, privatizações, reduzir o tamanho do Estado em setores fundamentais da política social como previdência, educação, saúde.⁸ Em que pese essa alteração do foco das finanças para a dívida, pensamos que elas participam do mesmo processo, isto é, ambos funcionam como colunas nas quais o capitalismo se apoia para manter e expandir a acumulação, sua reprodução e a extração de mais-valor.

⁸ Para o caso do Brasil, cf. Lavinias; Gentil, 2018.

O “homem endividado” é o homem da condição neoliberal. As sucessivas crises financeiras resultaram na aparição dessa figura subjetiva que é o homem endividado, ocupando agora todo o espaço público e dando um novo conteúdo para a luta de classes, agora ao redor da dívida (LAZZARATO, 2011). A crise de 2008 revelou que a disputa passou a se travar entre os que detêm a propriedade (do capital) e aqueles que não a têm (os não proprietários do capital) (LAZZARATO, 2011, 2012). A dívida e a relação credor-devedor, para o autor, é que estão no centro do exercício do poder e da dominação capitalista na contemporaneidade.

A dívida está relacionada com o crédito e com a financeirização. É nessa relação que o consumo se apresenta como uma dimensão importante a ser investigada, em que pese o reconhecimento de que a dívida, as finanças e o próprio sistema de crédito sejam essenciais ao capitalismo em sua totalidade: “[...] sem crédito, todo o processo de acumulação estagnaria e afundaria” (HARVEY, 2013, p. 350). A importância de investigar o consumo se dá porque lança luz sobre os processos de urbanização e as alterações nos modos de vida urbanos nas últimas décadas, bem como sobre as práticas espaciais e os usos da cidade, no Brasil e no mundo.

No Brasil, desde os anos 1980, ocorrem mudanças importantes em termos de ampliação do consumo. Santos (1993) já mostrou como a sociedade, o espaço e a urbanização brasileira ganhavam novos contornos com a incorporação de novas classes sociais e estratos socioeconômicos de menor rendimento no mundo do consumo, influenciadas, também, pelas respectivas mudanças no mundo do trabalho (TELLES, 2006). Todavia, é somente no início do século XXI que a massificação do acesso a bens e serviços de consumo ganhou uma escala jamais vista na geografia-histórica brasileira. Se o consumo era o nexos que ligava o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com a organização do território entre os anos 1950 e 1970, a partir desta última década o crédito parece ter assumido a dianteira como variável chave para a explicação dos movimentos de produção do espaço, do tempo e da vida social (SANTOS, 1993).

A partir dos anos 2000, o crédito se tornou um dos pilares do crescimento econômico brasileiro, ao lado da distribuição de renda, ampliação real do salário mínimo e dos investimentos públicos (CARVALHO, 2018). O resultado foi a dinamização do consumo e expansão do acesso a bens e serviços. Alguns autores argumentam que o período governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) se voltou mais para o investimento na infraestrutura do que para o consumo (SICSÚ, 2017; CARVALHO, 2018). O estímulo ao consumo, todavia, foi uma estratégia econômica e política do Estado brasileiro, que impactou a sociedade e o espaço nacional, e por isso mesmo não pode ser ignorada. O consumo das famílias brasileiras, segundo dados oficiais (BRASIL, 2014), teve uma taxa de crescimento média de 4% ao ano entre 2004 e 2014. Com isso, as finanças e a dívida surgem, cada vez mais, como importantes elementos para se compreender o espaço urbano. Tais dinâmicas sofreram um revés com a crise atual da economia brasileira, o que levou a uma forte queda dos investimentos, ampliou o desemprego, reduziu os salários e os gastos com consumo.

A crise penalizou os pobres e a classe média. Milhões de pessoas foram lançadas na pobreza. É isso que nos informa o IBGE (2012) com os dados dos indicadores sociais entre 2016 e 2017, interregno em que houve um aumento do percentual de pobres (25,7% e 26,5%) e de pessoas na extrema pobreza (6,6% e 7,45%), respectivamente. A Oxfam (2017) e, mais recentemente a FGV (2019) mostraram, por sua vez, como a desigualdade vem crescendo no Brasil no contexto da atual crise e com um impacto maior na vida dos mais pobres. Baseado nos dados da PNAD, a Fundação Getúlio Vargas demonstra que a desigualdade de renda no Brasil vem aumentando há 17 trimestres consecutivos (quatro anos e três meses), constituindo, desta forma, um recorde histórico de aumento da concentração de renda de forma ininterrupta (NERI, 2019).

A ampliação do crédito no Brasil, para o consumo produtivo e para o consumo consumptivo ocorreu paralelamente a uma “financeirização em massa” nos anos 2000 (LEVEINAS; GENTIL, 2018),

precedida pelo ingresso do país na era da financeirização como uma plataforma internacional de valorização financeira (PAULANI, 2017) em meados dos anos 1990. A título de exemplo, o estoque de ativos financeiros no país multiplicou 7,7 vezes entre 1991 e 2009, enquanto no mesmo período, o estoque de ativos reais (máquinas, equipamentos etc. empregados na produção de bens e serviços) multiplicou 1,4 (BRUNO; CAFÉ, 2015 apud PAULANI, 2017).

A expansão do crédito, a partir de 2004, é reveladora de como as transformações macroeconômicas, políticas e sociais se expressam na vida de milhares de pessoas. Em 2002, as operações de crédito representavam 26% do PIB nacional, enquanto em 2014 passaram a representar 57,3%, um crescimento significativo, resultado das práticas de consumo de indivíduos e famílias, bem como na produção do ambiente construído. Afinal, inclui-se nessa conta o crédito liberado para a construção de casas e apartamentos, isto é, o crédito imobiliário cresceu expressivamente, saindo de 5,2% para 16,6%, em representatividade do total de crédito disponível no período 2007-2014, o que significa, em reais, um salto de menos de R\$ 30 bilhões em 2006 para quase meio trilhão de reais em 2014. A participação do crédito imobiliário no PIB foi de 1,8% em 2007 para 9,5% em 2014 (BRASIL, 2014). Como lembra Carvalho (2018), boa parte da expansão do crédito para as famílias deveu-se à expansão do crédito imobiliário. No que se refere ao crédito destinado à pessoa física, àquele que é gasto no consumo consumptivo, o crescimento foi da ordem de 50% entre 2004 e 2010, saltando de 7,3% do PIB para 14,9%, dos quais 65% desse montante correspondia ao crédito consignado, aquele que é descontado da folha de pagamento (SICSÚ, 2017). O saldo acumulado de operações de crédito em relação ao PIB, por sua vez, foi de 25,5% em 2002 para 49,2% em 2012 (CARVALHO, 2018).

No plano da vida cotidiana, o crédito teve um papel crucial no acesso a bens e serviços para uma grande parte da sociedade. Se a organização do território brasileiro, até os anos 1990, não teria sido possível sem a “cooperação do crédito” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 223), foi durante os anos 2000 que o crédito e as finanças,

de fato, se apresentaram como elementos estruturantes da sociedade e do território. Essa estruturação do território foi possível, dentre outros fatores, devido à expansão dos fixos geográficos bancários, que ampliou a hipercapilaridade do crédito e das finanças no espaço nacional, constituindo um verdadeiro processo de “financeirização do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2001; CONTEL, 2009; MONTENEGRO; CONTEL, 2017). Note-se que o crescimento do consumo e a expansão do crédito para pessoas físicas significam, basicamente, o crescimento do consumo de objetos técnicos, serviços e bens, que eram inacessíveis para boa parte da população e só se tornaram acessíveis por meio de um conjunto de medidas que combinaram, juntamente à expansão creditícia, o aumento real do salário mínimo, a diminuição das desigualdades de renda e a expansão de programas sociais (SINGER, 2012; POCHAMANN, 2014). Este fenômeno, no contexto de um reformismo fraco (SINGER, 2012) veio a ser discutido na literatura especializada, equivocadamente, sob a denominação de nova classe média (POCHAMANN, 2014).

O endividamento da população brasileira indica como o crédito se enrustou nas práticas sociais e espaciais cotidianas. Em grau e natureza bastante diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e em outros países, o endividamento no Brasil cresceu a partir dos anos 2000, embora se apresente aquém da realidade encontrada nos países do capitalismo avançado (SICSÚ, 2017; CARVALHO, 2018). Alguns dados nos ajudam a compreender esse processo.

O *Relatório de Inclusão Financeira* do Banco Central do Brasil (BCB, 2015) oferece informações preciosas a esse respeito. De acordo com relatório, o endividamento das famílias ampliou de 29% para 46% entre 2007 e 2014, dos quais, nesse último ano, 18% eram dívidas com imóveis (o que sobrecarregava o comprometimento da renda das famílias), e 28% com o restante. Já a dívida dos tomadores de crédito individuais era de 64%. Para os devedores de até três salários mínimos, o endividamento chegou a 74%, enquanto de três a cinco, cinco a 10 e acima de 10 salários mínimos, os números foram 69%, 65% e 54%, respectivamente. O mesmo

documento também revela que 60% dos tomadores de crédito, em 2014, eram do estrato de até três salários mínimos, e representava, “ [...] em 2014, o maior percentual de comprometimento de renda, 24,1%. Além disso, 38,2% dos tomadores de crédito dessa faixa apresentavam comprometimento de renda acima de 50%, equivalente a 13,2 milhões de clientes” (BCB, 2015, p. 123).

Em sua versão mais recente, com dados no interregno de 2015 a 2017, o mesmo relatório, agora intitulado *Relatório de Cidadania Financeira* (BCB, 2018), apresenta informações novas e mais atualizadas, as quais se referem ao momento de aprofundamento da política econômica neoliberal. Informações importantes mostram a situação tanto do crédito quanto do endividamento e da inadimplência. De uma maneira geral, o comprometimento da renda foi reduzido em todas as faixas, exceto para os que ganham até um salário mínimo, que registrou aumento na “comparação entre 2016 e 2017, de 23,6% para 25,2%, continuando abaixo dos 27,67% registrados em 2015 para essa [mesma] faixa de renda” (BCB, 2018, p. 34). A faixa de um a dois salários mínimos teve a maior redução, de 21% para 17,51% de 2015 a 2017. Essa faixa de renda é a de maior concentração de tomadores de crédito (32%) e a que registrou a maior redução na inadimplência no período (de 8% para 6,1%), ainda que tenha permanecido na segunda posição nesse quesito (BCB, 2018).

Por sua vez, a faixa de até um salário mínimo é a que tem não só maior comprometimento de renda, como é a que tem a maior inadimplência, registrando aumento no período de 2015 a 2017 (de 5,8% a 6,4%); também sofreu a maior redução no endividamento no período, de 74,3% para 51,8%. Nessa faixa, ao contrário das demais que tiveram pequenas oscilações para cima ou para baixo, a proporção do crédito imobiliário no endividamento passou de 22,5% em 2015 para 9,9% em 2017, com a menor redução do comprometimento da dívida imobiliária.

Essa redução do endividamento se deve, de acordo com o relatório (BCB, 2018), ao aumento do desemprego, em que pese a redução das taxas de juros. Nesse sentido, a redução do endi-

vidamento não retrata uma melhora nas condições econômicas das famílias que lhe permitiram saldar suas dívidas, mas o exato contrário, isto é, a redução do endividamento (em especial para as faixas mais pobres de até um salário mínimo) ocorreu devido à pressão das estruturas sociais com o peso do desemprego, a deterioração do quadro econômico em escala nacional e a redução do consumo.

Podemos notar que os mais pobres, isto é, aqueles que recebem até um salário mínimo e que representam o menor grupo de tomadores de crédito são, também, os mais inadimplentes, ainda que nas faixas de menor renda, a penetração do crédito seja menor do que nas faixas de rendas maiores (BCB, 2018). Os que recebem entre um e dois e entre dois e três salários mínimos vem em seguida na hierarquia dos inadimplentes, o que mostra que os que recebem os menores salários no Brasil são, no mundo da era das finanças, os que tem piores condições de arcar com o peso das dívidas. É importante frisar, além disso, que “ [...] em períodos de redução de atividade econômica, como o atual, as pessoas com renda mais baixa tendem a recorrer mais a produtos de crédito, pois costumam ter menos reservas financeiras para arcar com imprevistos” (BCB, 2018, p. 28), o que explica o aumento do saldo de crédito existente para as pessoas físicas na faixa de um a cinco salários.

A Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) revelou em um estudo de agosto de 2018 o perfil dos endividados brasileiros. Somavam-se 63,6 milhões de pessoas no país em situação de inadimplência, número esse que cresceu em relação ao estudo anterior, que era de 60 milhões. Do total de endividados, que representa 41,6% de todos os consumidores acima de 18 anos no país, tem-se a seguinte configuração sociodemográfica: 52% são mulheres, 65% tem idade entre 25 e 44 anos; dos 59,4% dos inadimplentes que possuem o segundo grau completo ou incompleto, 93,3 % pertencem às “classes” C, D e E, estratos socioeconômicos de renda média e baixa. Já do ponto de vista regional, o Sudeste lidera com 46%

dos inadimplentes, seguido por Nordeste (24,1%), Centro-Oeste (12,3%), Norte (9,0%) e Sul (8,5%) (CNDL; SPC, 2018).

Dos compromissos financeiros mais comuns que envolvem o crédito entre os inadimplentes, o cartão de crédito (banco, loja ou alguma outra instituição) tem destaque, ocupando a segunda posição, com 49%, enquanto que dos compromissos em atraso, 20% dizem respeito à mesma categoria. No que se refere aos “ [...] produtos e serviços comprados no crédito que ocasionaram a inadimplência, os mais comuns são roupas, calçados e acessórios (42,0%), as compras no supermercado (20,5%), as compras de eletrônicos (20,3%), o celular/smartphone (15,2%) e os eletrodomésticos (15,2%)” (CNDL; SPC, 2018, p. 18).

O objeto técnico que simboliza essa conexão entre os sujeitos, o consumo, a dívida e as finanças é o cartão de crédito. Como Lazzarato (2011, p. 20) sugere, “[...] o consumo é funcional à dívida ainda no caso da compra de bens correntes, que na maioria das vezes são pagos com cartões de crédito”. A dívida, reforça o autor, “[...] é a finança do ponto de vista dos devedores que devem pagá-la” (p. 23); e de forma ainda mais complexa, o autor conclui: “O cartão de crédito é o meio mais simples de transformar seu portador em devedor permanente, ‘homem endividado’ pela vida” (p. 20). No Brasil, são 81.970.237 cartões de crédito ativos, dos quais 83,9% são operações de uma parcela. Os juros do cartão de crédito, parte essencial da dinâmica da financeirização e dos lucros e rendas dos agentes econômicos do capitalismo financeiro, são exorbitantes: 332,14% no cartão de crédito rotativo e 169,22% no cartão de crédito com compra ou fatura parcelada pela instituição financeira (BCB, 2018). É importante também que “[...] embora represente apenas 2% do saldo de operações de crédito, o cartão de crédito na modalidade rotativo, corresponde a 20,8% da carteira inadimplente” (BCB, 2018, p. 36). A drenagem pelo sistema financeiro mediante cartões de crédito é uma das maneiras pelas quais se dá a existência do “homem endividado” da condição neoliberal no Brasil e no mundo.

Nas entrevistas que realizamos durante a pesquisa, mencionadas na introdução deste artigo, ficou visível a dimensão do crédito na vida urbana dos entrevistados. Muitos daqueles que nos responderam durante a investigação, mencionaram o crédito em suas mais variadas formas como meios de pagamento que permitem o acesso a bens e serviços como aparelhos celulares, TVs, transportes individuais etc. Alguns justificam o uso do cartão de crédito devido à facilidade das compras: “você pode pagar com o cartão de crédito em mais vezes, facilidade no pagamento (Priscila, 51 anos, Ribeirão Preto); outros dizem: “eu geralmente compro no cartão de crédito, eu divido em três ou quatro vezes [...] seja [n]a C&A, seja [n]a Colombo, seja [n]a própria Marisa” (Maicon, 38 anos, Juazeiro do Norte). A realidade, contudo, pode ser (e é) diferente para outros cidadãos.

“Eu já fiz uso de *um cartão da C&A*, mas aí acabei cancelando, porque me embananei demais com dívidas” (Sâmia, 25 anos, Juazeiro do Norte. Grifo nosso);

“Hoje não [tenho mais cartão de crédito]. Cortei, quebrei. Exemplo, faz um cartão, têm dois, três, quando vai ver já colou em um, está devendo em outro. Eu não quero viver isso, porque tenho outras prioridades, ligadas à minha vida além do cartão (Getúlio, 28 anos. Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2015.).

As dívidas acabam pesando no orçamento familiar. A seguir temos um pequeno trecho de uma das entrevistas que dialogamos sobre o comprometimento da renda com dívidas:

Pesquisador: Os produtos que você adquiriu parcelado comprometem uma parte muito grande da renda da família?

Entrevistado: Muito. Se não é assim você não compra.

P: Quanto mais ou menos?

E: Uns 60% mais ou menos.

P: E por quanto tempo são os crediários que vocês têm?

E: Se for eletrodoméstico, normalmente é um ano. Se for [...], como o meu carro, por exemplo, a gente está pagando o carro

sempre. Sai de um, começa o outro. Normalmente o crédito foi financiado de três a cinco anos (Iago, 41 anos, Ribeirão Preto).

A casa própria, também, foi bastante mencionada pelos cidadãos: “crédito bancário, no caso para melhoria, nós fizemos uma reforma há pouco tempo na casa, e acabamos utilizando uma facilidade um financiamento pequeno” (Jéssica, 39 anos. Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2015). Esses trechos citados acima, embora pontuais, constituem exemplos que ilustram a vida de milhões de pessoas.

Os dados da PNAD, entre 2001 e 2013, sobre o consumo de bens duráveis apresentados por Montenegro e Contel (2017), mostram o aumento de mercadorias adquiridas por consumidores. A presença nos lares brasileiros de máquinas de lavar roupa, aparelhos de televisão e computadores, por exemplo, foi de 33,7%, 89% e 12,6% em 2001, para 57,4%, 97,1% e 48,8% em 2013, respectivamente. O aumento de emplacamento de carros foi 130% maior em 2012 em relação a 2002 (Valor Econômico, 2013). Outros números poderiam ser mencionados. É difícil saber quanto desse aumento foi em decorrência do crédito, mas não de imaginar que certamente o crédito exerceu um papel fundamental nesse processo. Os entrevistados da pesquisa, em sua grande maioria, afirmaram que realizam compras com cartões de crédito, tanto os dos bancos, quanto aqueles de lojas varejistas, que aliás ampliaram sua atuação nesse mercado específico nos últimos anos (SALTORATO *et al.*, 2016).

As falas dos mais diversos entrevistados revelam aspectos que são estruturais. Primeiro, o uso do crédito por sujeitos das mais diversas classes sociais e estratos socioeconômicos, de diferentes níveis educacionais e com variadas situações de moradia, residentes em bairros de alto e baixos rendimentos, nas periferias ou em áreas mais próximas dos centros das cidades. Em segundo lugar, o crédito empregado por empresas de varejo (Renner, C&A, Riachuelo, Carrefour etc.), para além dos bancos, que vem se tornando algo bastante significativo na formação de um “campo do

varejo financeiro nacional” (SALTORATO *et al.*, 2016). Em terceiro lugar, o comprometimento de parte da renda das famílias com dívidas referentes ao consumo de bens e serviços, que aumentou desde 2005, mais pelo crescimento do número de famílias com acesso ao crédito do que pelo endividamento de cada família (CARVALHO, 2018). Por fim, uma expressão daquilo que Santos (1996) chamou de “o motor único” da vida social contemporânea, que são as finanças, reconfigurou a espaço-temporalidade em escala global e, com a ajuda da informação, alterou a circulação do capital e a dinâmica da vida cotidiana (HARVEY, 2013).

As entrevistas que realizei em Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto apontam na mesma direção de estudos já realizados que atestaram a emergência de uma “pobreza diferente”, que chegou a ser qualificada como uma “financeirização da pobreza” e “financeirização do popular fiado” (TELLES, 2006; TORRES; BICHR; CARPIM, 2008; SCIRÉ, 2011). Tal processo, segundo Sciré (2011), alterou significativamente a lógica de organização familiar e de consumo das famílias mais pobres, justamente aqueles sujeitos que foram incorporados no mundo do consumo por meio da “inclusão financeira” (LEYSHON, 2009; CARVALHO, 2018). Assim, se para os indivíduos e famílias mais pobres a lógica de gestão do orçamento familiar, outrora sustentada na tríade poupança-crédito-consumo, viu-se, com as possibilidades abertas pelo crescimento econômico e a inclusão financeira, a substituição pela lógica crédito-consumo-dívida (SCIRÉ, 2011).

Para alguns, pode parecer um exagero afirmar que vivemos em um capitalismo da servidão da dívida, como asseverou Harvey (2018). Não só ele, mas Lazzarato (2011) e Bauman (2010), e antes de todos eles, Baudrillard (2006), tiveram as formações socioespaciais do “capitalismo avançado” como objetos de análise. Tanto os Estados Unidos quanto os países europeus são o ponto de partida das reflexões desses autores. Mas, por outro lado, seria equivocado restringir essas reflexões, análises e críticas às fronteiras dos territórios nacionais. Isso porque é sabido que países do capitalismo periférico, como o Brasil e demais da América Latina, além de outras regiões, são extremamente vulneráveis ao

capitalismo financeiro (ARROYO, 2006; PAULANI, 2017). Um ponto importante a se ressaltar é que embora a diferenciação espacial desses países condicione processos específicos nos seus territórios nacionais, as populações mais fragilizadas estão sujeitas aos ditames da acumulação e reprodução do capital. A “existência a crédito” (BAUDRILLARD, 2006, p. 167) redefine as práticas sociais e espaciais no mundo atual, principalmente nas cidades, e está cada vez mais ancorada em uma “moral da dívida” (LAZZARATO, 2011).

O “viver a crédito” parece, visto de outro ângulo, um “viver em dívida” (BAUMAN, 2010, p. 32). Nesse ponto, é possível observar que a monetarização das relações sociais e da vida cotidiana, que se expressa pelo consumo como realização de objetivos e, também, como na aquisição de dívidas, adquire novos conteúdos e reduz os sentidos da sociabilidade e da urbanidade (RIBEIRO, 2005).

O empobrecimento da experiência espacial urbana

Para Lindón (2006, p. 388), a experiência espacial é um conceito integrador, em três sentidos diferentes: i) permite que as práticas, a informação e a subjetividade espacial – todos temas de estudo das “geografias da vida cotidiana” – sejam, assim, integradas; ii) a experiência espacial é integradora porque “se refere ao indivíduo, mas vai além do indivíduo. A experiência sempre está modelada socialmente e está orientada socialmente”; iii) a experiência espacial integra temporalidades distintas, a memória, o vivido no passado e ainda se antecipa sobre aquilo que não se viveu, mesmo que a essência seja o presente. Considerando que “[...] a vida se reproduz no que faz uso do espaço, em seu vivido” (LEFEBVRE, 2000, p. 161), podemos entender que tanto a nossa experiência como a nossa existência são espaciais (LUSSAULT, 2007), posto que “[...] o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana” (HARVEY, 2008, p. 187).

Pensar a urbanização contemporânea é pensar, ao mesmo tempo, as determinações que incidem sobre a cidade e que a superam; é pensar, concomitantemente, os processos de reestruturação do capitalismo, a divisão territorial do trabalho, a flexibilização nas relações de trabalho, a industrialização, a ordem geopolítica mundial e o poder dos Estados, as reconfigurações das regiões, a reprodução social e a vida cotidiana em sua amplitude. Mais especificamente, significa pensar a segregação e a fragmentação espacial. São justamente esses dois processos, e mais ainda a passagem para a fragmentação socioespacial, que configuram a condição urbana atual num contexto em que há “ [...] uma urbanização do globo inteiro e uma globalização do urbanismo como modo de vida” (SOJA; KANAI, 2006, p. 54).

As entrevistas realizadas na pesquisa possibilitaram aproximações sobre tal urbanização e a experiência espacial urbana dos cidadãos e cidadãs. Essas experiências foram possíveis de serem captadas através das falas dos entrevistados a respeito de suas vidas na cidade, formas de deslocamento, espaços residenciais e onde se realizam os consumos de bens e serviços, além de prospecções sobre o futuro, ou seja, de que forma cada um imagina como será sua vida e a da sua família nos próximos 10 anos. As formas e os processos espaciais urbanos, resultados das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais permitem, enfim, analisar as práticas sociais dos sujeitos e seus espaços vividos, que indicam um empobrecimento de experiências. Por exemplo: “O centro [da cidade], é bem difícil eu ir atualmente, só vou até lá quando há alguma demanda [...] porque tudo que tem no centro eu posso encontrar no *shopping* [...] [onde] você vai ter mais segurança” (Priscila, 51 anos. Ribeirão Preto). A mesma entrevistada, de Ribeirão Preto, não frequenta a Zona Norte da cidade, uma área pobre e segregada socioespacialmente: “a Zona Norte eu não frequento e não tenho vontade de frequentar! Quando tenho que ir para lá por alguma razão profissional é com GPS [Sistema de Posicionamento Global] e vidro bem fechado. Tenho medo!”.

Isto, sem dúvida, faz parte das dinâmicas mais globais do processo de urbanização, cada vez mais generalizada e planetária, em que a segregação é uma das características. Os entrevistados, tal como na passagem anterior, referiram-se em muitos momentos aos distintos aspectos sobre a natureza do espaço urbano na cidade contemporânea e às práticas espaciais dos habitantes, questionando sobre a produção desigual do espaço, os problemas infraestruturais e de transporte público que reduzem e muitas vezes impedem a apropriação e o uso do espaço da cidade pelas pessoas e famílias dos menores estratos de renda: referindo-se ao processo de verticalização na Zona Sul de Juazeiro do Norte, no bairro mais elitizado da cidade, uma entrevistada disse: “[...] quem vai morar naqueles prédios bonitos são as pessoas ‘mais ou menos’, para morar naqueles prédios; não é para o povo de Juazeiro não [...]” (Luciana, 51 anos. Juazeiro do Norte), enquanto outro morador da periferia de Ribeirão Preto relatou:

Nós fomos uma vez conhecer o Curupira [um parque público], mas depois não voltamos mais. [...] É longe, tem que ir de ônibus, não tem veículo para a família inteira, então fica difícil [...] [No bairro] Posto de saúde tem, mas é longe. [Falta] Posto de saúde, falta banco, banco ali próximo, mercado grande, porque mercado grande ali não tem, então tem que sair lá do Jardim Paiva e ir lá na Avenida Dom Pedro para poder fazer compra e é longe. (Adolfo, 29 anos, Ribeirão Preto).

Quando falamos de experiência espacial urbana, queremos dizer que a vida individual é, também, social, carregada de ações, atos e práticas. As estruturas econômicas, políticas e culturais, que os agentes, sujeitos e indivíduos internalizam em seu cotidiano, funcionam de certo modo como um dispositivo que aciona ações e práticas baseadas em valores morais e éticos, sendo reproduzidas no momento em que usam o espaço e o tempo, e por eles são influenciadas. A escolha de ir a um destino por um determinado caminho ou não, ajuda a entender a experiência social e espacial do indivíduo, da mesma forma que o peso de estruturas sociais e

as condições espaciais, como o lugar onde se vive, as condições materiais da própria existência, as distâncias que precisam ser percorridas no cotidiano para o trabalho e para o lazer, os meios de deslocamento, revelam muito sobre as possibilidades e os constrangimentos que os indivíduos encontram na sua vida diária e a reprodução social.

Por um lado, as práticas espaciais daqueles que já não usam mais o centro da cidade, preferindo os espaços fechados de comércio e consumo e, por outro, as condições de mobilidade que são determinantes nas cidades brasileiras. Os usuários de transporte público que residem em bairros mais periféricos são os que mais sentem as dificuldades para se deslocar na cidade, seja para lazer ou para o trabalho. O recurso da própria memória da cidade, com referências ao processo de urbanização rápido que as duas cidades passaram nas últimas décadas, redefinindo as qualidades e as formas do que é periférico, do que é central, bem como da percepção das desigualdades sociais que se expressam na paisagem urbana, isto é, na verticalização da habitação e dos condomínios fechados, revelam o espaço como condição e produto das relações sociais de produção e reprodução (LEFEBVRE, 2000) com “uma dimensão material e social, conceitual e vivida” (HARVEY, 2017, 168).

A urbanização atual, ao tomar a escala mundial de forma crescente, tornando-se mais complexa com o passar dos anos, devido aos processos que a ela estão associados, tem restringido a experiência dos cidadãos e transeuntes no espaço urbano. A produção social de formas espaciais exclusivas, privadas, articuladas com as dinâmicas do capital globalizado, mesmo que sendo de acesso coletivo e ao tomar proporção cada vez maior, vem tornando a experiência urbana cada vez mais limitada, segmentada, seletiva. A busca por lugares fechados, têm reduzido as experiências urbanas, posto que tem diminuído as possibilidades de encontros na cidade.

E o que o crédito, o endividamento e a financeirização, vistas anteriormente, têm a ver com todos esses processos? Se, por um lado, boa parte da utilização do crédito e mesmo crescimento do

endividamento que a sociedade brasileira alcançou na última década têm alguma relação com a compra de objetos como geladeiras, roupas e calçados, telefones celulares, viagens, além do acesso ao ensino superior público e principalmente privado, por outro, foi o acesso a outros bens como mercadoria habitação e do transporte automotivo individual, modificou de forma mais profunda a vida urbana. As desigualdades, destarte, foram reproduzidas (GOES, 2016). Com esses objetos temos um maior apelo à compreensão da estruturação do espaço urbano, o que melhor nos coloca em posição de avaliar essa relação do crédito, do endividamento e da nova condição urbana.

Como resultado, podemos notar que a vida urbana hoje está se configurando crescentemente como uma vida em que o enclausuramento, o fechamento e a negação da cidade e dos espaços públicos são constitutivos da própria maneira de viver. Trata-se de um mundo em que o medo e a insegurança transbordam, em que a diversidade e a diferença, caminhando na direção contrária, configuram um espaço social urbano mais esgarçado, indiferenciado e fragmentado. A passagem de uma das entrevistas mostra que o medo está associado a práticas espaciais e de mobilidade que buscam evitar determinadas áreas da cidade, que são mais pobres, violentas, em que crimes e assaltos (muitas vezes noticiados pela mídia) se tornaram algo corriqueiro. Daí o estímulo não apenas para morar em espaços fechados, que visam a proteção e a segurança, com aparelhos de segurança, câmeras, vigias armados, bem como a preferência por espaços de consumo em que tais mecanismos de proteção também se observam presentes, como os *shopping centers*.

Ao contrário do que se poderia imaginar, com a expansão da urbanização e a redefinição dos papéis urbanos das mais variadas cidades no processo de globalização, a vida individual e social, atravessada por impulsos econômicos, sociais, políticos e culturais, influenciada pelas mídias e redes sociais, engendrou uma cotidianidade de experiências segmentadas em termos de uso e apropriação do tempo e do espaço. A própria estrutura material

da cidade possibilita ou limita tais usos, como pode ser visto a partir da fala do entrevistado que deixou de frequentar os parques públicos com sua família em Ribeirão Preto devido à dificuldade de deslocamento no transporte coletivo; pelo mesmo problema de acesso ao transporte público, uma entrevistada de Juazeiro do Norte deixou de frequentar o *shopping center* da cidade.

De uma maneira mais ampla, seguindo a proposta de Mongin (2009), podemos identificar e contrapor duas condições urbanas entrelaçadas que caracterizariam a forma de viver na cidade, atravessada pelos fluxos da globalização que influenciam a vida cotidiana: a primeira é a da experiência espacial da cidade com limites claros. Essa experiência se constituiu durante um longo tempo com base no lugar, no próximo, com uma forte dimensão política; é uma “experiência urbana polifônica”, física, estética, corporal, cênica. A segunda é o atual estado do urbano, em que os fluxos teimam em destituir os lugares de sua importância, em que a dimensão política se coloca cada vez mais como desinteressante, em que o espaço público é cada vez mais dominado pelo espaço privado: “[...] os fluxos ligados ao urbano generalizado têm, como efeito, produzir fragmentação, e não a unificação de um mundo mais solidário” (MONGIN, 2009, p 223).

De um lado, a condição urbana fundamenta-se em práticas espaciais que têm a cultura dos limites como o seu aspecto central. É o primeiro paradoxo da condição urbana: “[...] um espaço finito e limitado que torna possíveis práticas infinitas” (MONGIN, 2009, p. 137). A experiência urbana, espaço-temporal, é multidimensional. De outro, o urbano contemporâneo, correspondente a uma cidade em que o dentro e o fora já não são reconhecidos, em que o público e o privado se esfumam em privilégio deste último, em que os fluxos globais tendem a se impor aos lugares, hierarquizando e fragmentando o espaço, ao mesmo tempo em que tentam homogeneizá-lo (LEFEBVRE, 2000). Nesse segundo sentido, a condição urbana é um “[...] espaço ilimitado, que dificulta, ou mesmo impossibilita, trocas e trajetórias; um espaço em que favorece práticas limitadas e segmentadas” (MONGIN, 2009, p. 138).

A urbanização generalizada, a mundialização e planetarização do urbano como modo de vida, teve o efeito de estimular a busca pelos iguais, pelos espaços fechados e exclusivos, que dão o sentido de comunidade, do familiar, de se proteger contra a insegurança, a violência e o medo. Tudo aquilo, e todos aqueles, que é/são indesejados, são deixados de fora das novas lógicas de viver na cidade, de se relacionar com a cidade, de se relacionar com os outros na cidade. O consumo e o crédito, juntamente à financeirização e o endividamento, perpassam e atravessam essas transformações.

A nova condição urbana que se produz como tendência se expressa na fragmentação socioespacial, que se coloca como marca da produção do espaço urbano, da fragilização das relações sociais, da urbanização planetária. A potência dos fluxos, da mobilidade e do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1996) não impede a realização das práticas espaciais, nem que elas continuem sendo possíveis, todavia, elas se fragilizam, haja vista a tendência da “privatização da experiência urbana” (MONGIN, 2009). Trata-se, mesmo, de uma “alienação espacial” da cidade, para usar os termos de Debord (2015), em que os próprios sujeitos atuantes na produção de suas próprias vidas e, por isso mesmo, produtores de espaço, não se reconhecem como parte da cidade, e buscam, sempre que possível, evitá-la por meio do automóvel, dos *shopping centers*, dos condomínios residenciais fechados.

A persistente precarização das cidades e da rede urbana, mesmo em um contexto de melhora das condições econômicas, é reconhecida, ainda que com poucos ganhos (ROLNIK; KLINK, 2009). Sposito (2013) mostrou que nesse período podemos constatar até mesmo uma piora das condições espaciais (por exemplo: expansão descontínua o espaço urbano; aumento dos preços das mercadorias, incluindo da habitação; problemas com mobilidade em razão tanto do grande aumento de transportes individuais e da deterioração da qualidade dos serviços de transportes públicos municipais), já que as produção e ampliação das desigualdades socioespaciais podem ser, também, analisadas a partir das práticas

de consumo, o que significa uma mescla mais complexa de segregação com um processo de fragmentação socioespacial no qual os pobres foram os mais impactados. Na crise contemporânea, esse paradoxo no qual as condições econômicas favoráveis se articulavam de maneira contraditória com a precarização, a segregação e a complexificação da condição espacial dos cidadãos, pode estar se alterando o que, evidentemente, necessita de mais pesquisas. Diante disso, no contexto de uma experiência urbana vivenciada e representada subjetiva e objetivamente pelos habitantes das cidades (das duas aqui estudadas, por exemplo) já empobrecida, não obstante rodeada de objetos de consumo variados, é plausível de se pensar que a desigualdade crescente que vem se evidenciando na sociedade urbana brasileira tenha ajustado o paradoxo, colocando lado a lado deterioração da situação socioeconômica e política no território, e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e da experiência urbana.

Considerações finais

A entrada do Brasil em uma era da financeirização foi seguida de uma ampliação do consumo das classes sociais, sobretudo aquelas de menor estrato socioeconômico. As classes sociais mais pobres, os trabalhadores, foram inseridos no mundo do consumo mediante possibilidades advindas do crédito. A financeirização, o crédito e o consumo e, no contexto atual, evidenciam a crise. Na verdade, as reformas neoliberais desde o golpe parlamentar de 2016 são uma amostra de como os tentáculos das finanças (que já estavam em pleno funcionamento desde os anos 1990) adentram com mais vigor na vida de milhões de pessoas no país, e os resultados podem ser vistos: aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais, ampliação da pobreza e os ataques aos direitos sociais, como a “reforma” trabalhista e a “reforma” da previdência. Não podemos esquecer da Emenda Constitucional 95 (a

famigerada “PEC do teto dos gastos”), aprovada em 2016, que faz parte de todo esse processo.

O endividamento apareceu como um fenômeno novo. A disponibilidade de crédito possibilitou um acesso jamais visto na história do país ao consumo de bens e serviços, o que redefiniu significativamente o processo de urbanização. Novos espaços residenciais, de trabalho, de comércio e consumo, de lazer foram criados na esteira do crescimento econômico nacional. Indivíduos e famílias ascenderam socialmente em termos de aquisição de objetos, como a casa, carros, roupas, calçados, aparelhos eletrônicos portáteis, eletrodomésticos, móveis entre outros.

Tendo no endividamento uma de suas facetas, o crescimento econômico se expressou na produção de uma cidade cada vez mais como uma máquina consumo, de segregação e de fragmentação. A contradição que podemos evidenciar refere-se a melhora relativa em termos econômicos e sociais (no sentido do consumo de mercadorias) coexistindo com uma piora das condições espaciais dos habitantes das cidades evidenciada na continuidade dos processos de segregação e fragmentação socioespacial, que atinge em geral os cidadãos como um todo, só que mais ferozmente os mais pobres e aqueles dos estratos mais baixos das faixas de renda. Essa piora também se evidencia nas tentativas crescentes de produzir uma cidade voltada para os espaços privados e murados, enclausurados, ainda que de uso coletivo, que limitam a sociabilidade.

O momento de pujança e crescimento econômico significativo que permitiu essa ascensão e mobilidade social mediante consumo terminou. Atualmente, a ideologia neoliberal tentou realizar fictícios estímulos à economia por meio de ações pontuais e de pouco ou nenhum efeito (como a liberação de saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [FGTS]) no governo Temer e agora recentemente anunciado no governo Bolsonaro, visando uma retomada no consumo das famílias e quiçá uma redução do endividamento.

A experiência espacial urbana, que deveria levar em conta a natureza própria da cidade, que é o encontro de diferentes, é paradoxalmente levada para outro caminho; vai se empobrecendo, já que aos poucos vai deixando de ser polifônica e multidimensional. Viver na cidade tem se traduzido em consumir mais objetos viáveis por meio do crédito e pelo aumento da dívida – que boa parte dos sujeitos contrai por meio de trabalhos precários de onde tiram suas rendas – e no uso de espaços sociais que empobrecem a experiência social e individual, posto que são voltados para o encontro dos iguais, para o que é mais familiar. Tais características são perceptíveis nas cidades de Juazeiro do Norte e Ribeirão Preto, mas não é exclusiva delas, sendo constitutivas da realidade urbana brasileira e global. O outro, o diferente, termina por ser evitado, e a complexidade da cidade vai sendo simplificada na uniformização crescente de práticas sociais e espaciais, com a dissolução de vínculos sociais, a despeito das desigualdades socioespaciais urbanas que se multiplicam ainda mais em um contexto de crise que esgarçam o tecido social ampliando e aprofundando a tragédia urbana brasileira.

A vida urbana do contexto de massificação do acesso a mercadorias, que contraditoriamente produzia uma cidade mais segregada e fragmentada, com mais desigualdades socioespaciais, está sendo redefinida, com o aprofundamento dos problemas estruturais da sociedade e do espaço. Na crise contemporânea brasileira, o aumento da pobreza leva à ampliação inexorável das desigualdades e precarização da vida urbana, conforme os mais diversos relatórios de instituições de pesquisa, órgãos oficiais e ONGs nacionais e internacionais já apontaram; mas, agora, sem acesso ao consumo, embora com o endividamento. Essa pobreza e desigualdade é mais marcante nas cidades, ainda que no campo isso seja evidente com os processos de violência que avançam nos espaços rurais. É importante que mais pesquisas sejam realizadas para que a nova condição urbana seja mais bem compreendida em um contexto de guinada e radicalização do neoliberalismo.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP: processo 13/26896-0) pelo apoio à pesquisa que deu origem a este artigo. Estendo os agradecimentos aos pareceristas anônimos pela rigorosa avaliação e pelas questões e sugestões pertinentes, e à Sinara (Universidade Federal de Pernambuco) e Jucier (Universidade Federal do Piauí) pela leitura crítica que fizeram da versão final. Os erros que permanecem são de minha inteira responsabilidade.

Referências

ARROYO, M. A VULNERABILIDADE DOS TERRITÓRIOS NACIONAIS LATINO-AMERICANOS: O PAPEL DAS FINANÇAS. IN: ARROYO, MÔNICA; LEMOS, AMÁLIA INÊS GERAIGES; SILVEIRA, MARIA LAURA (ORG.). **QUESTÕES TERRITORIAIS NA AMÉRICA LATINA**. BUENOS AIRES: CLACSO, 2006. p. 177-190.

BAUDRILLARD, J. **O SISTEMA DOS OBJETOS**. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 206 [1968].

BAUMAN, Z. **VIDA A CRÉDITO**. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2010.

BCC. BANCO CENTRAL DO BRASIL. RELATÓRIO DE CIDADANIA FINANCEIRA. BRASÍLIA, 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BCB.GOV.BR/NOR/RELCIDFIN/INDEX.HTML](https://www.bcb.gov.br/nor/relicidfin/index.html). ACESSO EM: 16 AGO. 2019

BCC. **RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA**. BRASÍLIA, 2015. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.BCB.GOV.BR/NOR/RELINCLFIN/RIF2015.PDF](https://www.bcb.gov.br/nor/relinclinfin/rif2015.pdf). ACESSO EM: 04. SET. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. **ECONOMIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA – EDIÇÃO ESPECIAL - 2014**. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.FAZENDA.GOV.BR/COPY_OF_](http://www.fazenda.gov.br/copy_of_)

AREA-DESTAQUES/ECONOMIA-BRASILEIRA-EM-PERSPECTIVA-30.12.2014. ACESSO EM: 30 OUT. 2017.

CARVALHO, L. **VALSA BRASILEIRA: DO BOOM AO CAOS ECONÔMICO**. SÃO PAULO: TODAVIA, 2018.

CHESNAIS, F. AS DIMENSÕES FINANCEIRAS DO IMPASSE DO CAPITALISMO. **REVISTA MOVIMENTO**, 3 MAR. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://MOVIMENTOREVISTA.COM.BR/2018/03/AS-DIMENSOES-FINANCEIRAS-DO-IMPASSE-DO-CAPITALISMO-MUNDIALIZACAO-DO-CAPITAL-CHESNAIS/](https://movimentorevista.com.br/2018/03/as-dimensoes-financeiras-do-impasse-do-capitalismo-mundializacao-do-capital-chesnais/). ACESSO EM: 13 MAIO 2018.

CHESNAIS, FRANÇOIS. O CAPITAL PORTADOR DE JUROS: ACUMULAÇÃO, INTERNACIONALIZAÇÃO, EFEITOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS. IN: CHESNAIS, FRANÇOIS (ORG.) **A FINANÇA MUNDIALIZADA: RAZÕES SOCIAIS E POLÍTICAS, CONFIGURAÇÃO, CONSEQUÊNCIAS**. SÃO PAULO. BOITEMPO EDITORIAL, 2005. P. 35-67.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES LOJISTAS; SOCIEDADE DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **INADIMPLENTES BRASILEIROS 2018: PERFIL E COMPORTAMENTO FRENTE ÀS DÍVIDAS**. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SPCBRASIL.ORG.BR/WPIMPENSA/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/08/ANALISE_PERFIL_INADIMPLENTE_2018.PDF](https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/08/ANALISE_PERFIL_INADIMPLENTE_2018.PDF). ACESSO EM: 17 ABR. 2019.

CONTEL, F. ESPAÇO GEOGRÁFICO, SISTEMA BANCÁRIO E HIPERCAPILARIDADE DO CRÉDITO NO BRASIL. **CADERNO CRH**, SALVADOR, V. 22, N. 55, P. 119-134, 2009.

DEBORD, G. **A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: COMENTÁRIOS SOBRE A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO**. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO, 2015.

GOES, E. M. COTIDIANO, CONSUMO E VIDA URBANA EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS. **CONFINS [EN LIGNE]**, 28 | 2016, MIS EN LIGNE LE 01 OCTOBRE 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTP://JOURNALS.OPENEDITION.ORG/CONFINS/11128](http://journals.openedition.org/confins/11128). ACESSO EM: 14 OCT. 2018.

HALBERT, L.; LE GOIX; R. CAPITAL FINANCIER ET PRODUCTION URBAINE. **URBANISME**, PUBLICATIONS D'ARCHITECTURE ET D'URBANISME, P. 40-41, 2012.

HARVEY, DAVID. O CAPITALISMO DA SERVIDÃO POR DÍVIDA. **ENTREVISTA NO BLOG DA BOITEMPO**. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://BLOGDABOITEMPO.COM.BR/2018/08/29/DAVID-HARVEY-O-CAPITALISMO-DA-SERVIDAO-POR-DIVIDA/](https://blogdaboitempo.com.br/2018/08/29/DAVID-HARVEY-O-CAPITALISMO-DA-SERVIDAO-POR-DIVIDA/). ACESSO EM: 01 SET. 2018.

HARVEY, DAVID. **EL COSMOPOLITISMO Y LAS GEOGRAFIAS DE LA LIBERTAD**. BARCELONA: AKAL, 2017.

HARVEY, DAVID. **OS LIMITES DO CAPITAL**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2013.

HARVEY, DAVID. **O ENIGMA DO CAPITAL E AS CRISES DO CAPITALISMO**. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2011.

HARVEY, DAVID. **A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA**. SÃO PAULO: LOYOLA, 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E IBGE DIVULGA AS ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA 2019. 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://AGENCIADENOTICIAS.IBGE.GOV.BR/AGENCIA-SALA-DE-IMPRESA/2013-AGENCIA-DE-NOTICIAS/RELEASES/25278-IBGE-DIVULGA-AS-ESTIMATIVAS-DA-POPULACAO-DOS-MUNICIP-
IOS-PARA-2019](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25278-ibge-divulga-as-estimativas-da-populacao-dos-municipios-para-2019). ACESSO EM: 10 AGO. 2019.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. L. BRASIL ANOS 2000: A POLÍTICA SOCIAL SOB REGÊNCIA DA FINANCEIRIZAÇÃO. **Novos estudos CEBRAP**, SÃO PAULO, v. 37, n. 2, p. 191-211, AGO. 2018. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0101-33002018000200191&LNG=PT&N-
RM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200191&lng=pt&nrm=iso). ACESSO EM: 12 AGO. 2019.

LAZZARATO, M. **LA FABRIQUE DE L’HOMME ENDETTÉ: ESSAI SUR LA CONDITION NÉOLIBÉRALE**. PARIS: ÉDITIONS AMSTERDAM, 2011.

LEFEBVRE, H. **LA PRODUCTION DE L’ESPACE**. PARIS: ANTHROPOS, 2000.

LEYSHON, A. FINANCIAL EXCLUSION. IN: KITCHEN, ROB; NIGEL, THRIFT (ED.). **INTERNATIONAL ENCYCLOPAEDIA OF HUMAN GEOGRAPHY**. OXFORD: ELSEVIER, 2009. P.153-158.

- LINDÓN, A. GEOGRAFÍAS DE LA VIDA COTIDIANA. IN: HIERNAUX, D.;
LINDÓN, A. **TRATADO DE GEOGRAFÍA HUMANA**. MEXICO D.F.: ANTHROPOS
EDITORIAL, 2006. P. 356-400.
- LUSSAULT, M. **L’HOMME SPATIAL: LA CONSTRUCTION SOCIALE DE L’ESPACE HU-
MAIN**. SEUIL: PARIS, 2007.
- MELAZZO, E. S. INTERAÇÕES, COMBINAÇÕES E SINERGIAS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO, DINÂMICAS IMOBILIÁRIAS E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM
CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS. IN: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO,
M.; ENCARNAÇÃO, B.; LLOP, J. M. (ORG.). **URBANIZACIÓN, PRODUCCIÓN
Y CONSUMO EN CIUDADES MEDIAS/INTERMEDIAS**. LLEIDA: UNIVERSIDAD DE LLEIDA,
2015. P. 107-132. (v. 1).
- MONGIN, O. **A CONDIÇÃO URBANA**. RIO DE JANEIRO: ESTAÇÃO LIBERDADE,
2009.
- MONTENEGRO, M. R.; CONTEL, F. B. FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E
NOVOS NEXOS ENTRE POBREZA E CONSUMO NA METRÓPOLE DE SÃO PAULO. **EURE
REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES**, v. 43, n. 130,
P. 115-139, 2017.
- NERI, M. **A ESCALADA DA DESIGUALDADE: QUAL FOI O IMPACTO DA CRISE SOBRE A
DESIGUALDADE, O CRESCIMENTO E A POBREZA? 2019**. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://CPS.
FGV.BR/DESIGUALDADE](https://cps.fgv.br/desigualdade). ACESSO EM: 1 SET. 2019.
- OXFAM BRASIL. **A DISTÂNCIA QUE NOS UNE: UM RETRATO DAS DESIGUALDADES
BRASILEIRAS**. 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.OXFAM.ORG.BR/A-DISTANCIA-
QUE-NOS-UNE](https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une). ACESSO EM: 16 SET. 2018.
- PAULANI, L. M. NÃO HÁ SAÍDA SEM A REVERSÃO DA FINANCEIRIZAÇÃO.
ESTUD. AVANÇADOS, SÃO PAULO , v. 31, n. 89, p. 29-35, ABR. 2017.
DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIOLO.BR/SCIOLO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEX-
T&PID=S0103-40142017000100029&LNG=EN&NRM=ISO](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100029&lng=en&nrm=iso). ACESSO EM: 12
AGO. 2019.

POCHMANN, M. **O MITO DA GRANDE CLASSE MÉDIA:** CAPITALISMO E ESTRUTURA SOCIAL. SÃO PAULO: BOITEMPO, 2014.

RIBEIRO, A. C. T. SOCIABILIDADE, HOJE: LEITURA DA EXPERIÊNCIA URBANA.

CADERNOS CRH, SALVADOR, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

ROLNIK, R; KLINK, J. CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO URBANO: POR QUE NOSSAS CIDADES CONTINUAM TÃO PRECÁRIAS? **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, N. 89, p.89-109, 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIOLO.BR/SCIOLO.PHP?PID=S0101-33002011000100006&SCRIPT=SCI_ABSTRACT&TLNG=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006&script=sci_abstract&tlng=pt). ACESSO EM: 16 AGO. 2019.

SALTORATO, P. ET AL. FUSÕES, AQUISIÇÕES E DIFUSÃO DA LÓGICA FINANCEIRA SOBRE AS OPERAÇÕES DE VAREJO BRASILEIRO. **GEST. PROD.**, v.23, n.1, p. 84-103, 2016.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O BRASIL:** TERRITÓRIO E SOCIEDADE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. RIO DE JANEIRO: RECORD, 2001.

SANTOS, M. **A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.** SÃO PAULO: HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. **A NATUREZA DO ESPAÇO.** SÃO PAULO: HUCITEC, 1996.

SCIRÉ, C. FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA: CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO NO ÂMBITO DAS PRÁTICAS POPULARES DE CONSUMO. **TEORIA & PESQUISA**, SÃO CARLOS, v. 20, N. 1, p. 65-78, 2011.

SICSÚ, J. GOVERNOS LULA: A ERA DO CONSUMO? 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IE.UFRJ.BR/IMAGES/PESQUISA/PUBLICACOES/DISCUSSAO/2017/TDIE0212017SICSU.PDF](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/TDIE0212017SICSU.PDF). ACESSO EM 23 JUN. 2017.

SINGER, ANDRÉ. **Os SENTIDOS DO LULISMO.** SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2012.

SOJA, E. W.; KANAI, M. THE URBANIZATION OF THE WORLD. IN: BURDETT, R.; SUDJIC, D. (ORG.). **THE ENDLESS CITY:** THE URBAN AGE PROJECT. LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND DEUTSCHE BANK'S ALFRED HERRHAUSEN SOCIETY, LONDON: PHAIDON, 2006. p. 54-68.

SPOSITO, M. E. B. PRÁTICAS ESPACIAIS E REESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS. IN: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (ORG.). **O ESPAÇO E A METROPOLIZAÇÃO: COTIDIANO E AÇÃO**. 1. ED. RIO DE JANEIRO: CONSEQUÊNCIA, 2017. P. 627-677. (v. 1).

SPOSITO, M. E. B. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CENTRALIDADE URBANA. IN: VASCONCELOS, PEDRO ALMEIDA; CORRÊA, ROBERTO LOBATO; PINTAUDI, SILVANA MARIA. **A CIDADE CONTEMPORÂNEA: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**. SÃO PAULO: CONTEXTO, 2013. P. 61-93.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M. GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS, CONSUMO E REDEFINIÇÃO DE CENTRALIDADE URBANA EM CIDADES MÉDIAS. IN: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M.; ENCARNAÇÃO, B.; LLOP, J. M. (ORG.). **URBANIZACIÓN, PRODUCCIÓN Y CONSUMO EN CIUDADES MEDIAS/INTERMEDIAS**. 1. ED. LLEIDA: UNIVERSIDAD DE LLEIDA, 2015. P. 107-132. (v. 1).

TELLES, V. DA S. MUTAÇÕES DO TRABALHO E EXPERIÊNCIA URBANA. **TEMPO SOCIAL, REVISTA DE SOCIOLOGIA DA USP**, SÃO PAULO, v. 18, n. 1, p. 173-195, 2006.

TORRES, H. DA G.; BICHIR, R. M.; CARPIM, T. P. UMA POBREZA DIFERENTE? MUDANÇAS NO PADRÃO DE CONSUMO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA. **NOVOS ESTUDOS CEBRAP**, n.74, p.17-22, 2006.

Recebido para a publicação em 1 de janeiro de 2020

Aceito para a publicação em 5 de fevereiro de 2020

Publicado em 11 de março de 2020